

Contrastes da educação em Mueembe

BERNARDO CUSSUMANGA
E MANUEL DAVID

A EDUCAÇÃO escolar é um autêntico contraste em alguns povoados do distrito de Mueembe, na província de Niassa. Há, por um lado, povoados onde não existe nenhuma escola, e, por outro, locais onde há escolas, mas os pais e encarregados de educação impedem os seus filhos de ir às aulas.



Crianças de Mbanba estão a crescer sem irem à escola

São ao todo 950 crianças em idade escolar das comunidades de Massambala, Mbamba e Lundala, posto administrativo de Mueembe-sede, na província de Niassa, que lhes são negados o direito de estudar, por falta de um estabelecimento de ensino, conforme os pais e encarregados de educação dos petizes locais.

As escolas primárias mais próximas dos povoados de Massambala, Mbamba e Lundala localizam-se a uma distância média de 25 quilómetros, estimando-se em 50 quilómetros a distância de um percurso de ida e volta.

"As nossas crianças nascem e crescem sem saber ler, escrever

a informal, baseada em ritos de iniciação e madraça, esta vocacionada para o ensino islâmico.

A população daqueles postos administrativos afirma que por várias vezes, em encontros com governo, pediram que fosse construída uma escola naqueles povoados, "mas nunca temos resposta concreta ao nosso pedido. A resposta é sempre a mesma: "o pedido está anotado e vamos tratar disso", desabafa Laurinda Saide, em representação dos pais e encarregados de educação. Acrescentou que, para além de as crianças nunca terem escolas, "também não existem unidades sanitárias e furos de água potável."



ALUNOS IMPEDIDOS DE ESTUDAR EM MUSSEFA E CHIUMBE

Contrariamente à situação de Massambala, Mbamba e Lundala, onde, além de outras infra-estruturas sociais, se clama por uma escola, nos povoados de Mussefa e Chiumbe, as crianças não vão às aulas, o que atingiu contornos preocupantes no segundo trimestre deste ano. Esta informação foi revelada por Fortunato Cesário, director substituto da escola de Mussefa.

De acordo com Cesário, o facto surge do desentendimento entre o líder comunitário, Ngala

Com vista a ultrapassar as discórdias, Fortunado Cesário explicou que o conselho de escola aproximou as partes para acabar com o diferendo que as opõem, mas os pais e encarregados de educação vincaram que enquanto Ngala não ajudar na resolução dos problemas da população, não mandarão mais as suas crianças à escola.

"Nós como escola estamos a fazer todo o esforço, através do conselho da escola, composto pelos membros da comunidade, para unir o régulo com as comunidades, de modo que as crianças possam voltar à escola, mas não estamos a conseguir porque os chefes das famílias alegam que o próprio líder é quem vai trazer as crianças dele aos professores", explicou o director substituto.

Fátima Feliciano, professora da Escola Primária Completa de Mussefa, revelou que, às sextas-feiras, os alunos não aparecem porque, segundo os hábitos locais, reservam-se à reza.

Ela revelou que, para as crianças comparecerem às aulas, os professores vão de casa em casa mobilizá-las a ir à escola. Caso contrário, o professor fica sem alunos na sala de aulas, enquanto estes brincam ou acompanham os pais às ocupações diárias.

"É normal os pais e encarregados de educação levarem os filhos à machamba, à moagem, à procura de lenha, e, às vezes, dizem que se vocês não levarem os nossos filhos, não vão receber salário. Em outras comunidades não somos nós que procuramos o aluno, mas o aluno é que procura o professor" desabafou com tristeza, Fátima Feliciano.

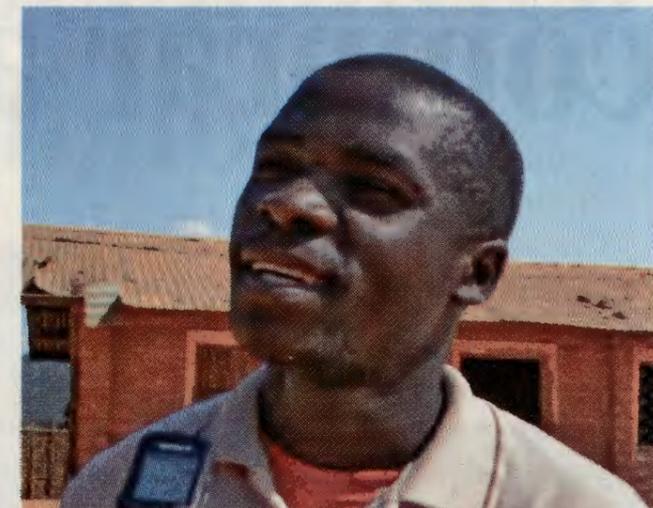
Amisse Caíse, pai e encarregado de educação, residentes em Mussefa, explica que, além do problema com o líder comunitário, outro facto que não agrada a população prende-se com a não fixação de residência dos professores nas comunidades onde leccionam

sem o conhecimento dos seus superiores hierárquicos. Iassine revelou que em Mussefa e Chiumbe existem duas residências para professores, mas ninguém vive lá.

"Os professores não querem ficar aqui onde dão aulas, ficam lá, na sede, e chegam atrasados aqui

colar não deriva daí. A nossa fonte afirmou que maior parte das famílias de Mueembe, principalmente as de Mussefa e Chiumbe, não valorizam o ensino formal.

O dia-a-dia da população circunscribe-se à agricultu-



Fortunado César, substituto do director da EPC de Mussefa

ra é à pecuária. Assim, as crianças com idade escolar passam maior tempo do ano aprendendo a cultivar e a fazer pequenos negócios,

pois na educação tradicional local, uma criança que não saiba cultivar a terra não terá enquadramento social dignificante, quando for adulta.

Confrontados com estes factos, Fortunato Cesário disse ser uma realidade, mas assegurou que a causa do absentismo e desistência es-



de educação dos petizes locais. As escolas primárias mais próximas dos povoados de Massambala, Mbamba e Lundala localizam-se a uma distância média de 25 quilómetros, estimando-se em 50 quilómetros a distância de um percurso de ida e volta.

"As nossas crianças nascem e crescem sem saber ler, escrever nem contar por falta de escola aqui perto e sem poder ir longe, onde há escolas", disse Laurinda Saide, encarregada de duas crianças de 8 e 12 anos.

A única educação a que os petizes de Muembe têm acesso é

responsável por esse pedido. A resposta é sempre a mesma: "o pedido está anotado e vamos tratar disso", desabafa Laurinda Saide, em representação dos pais e encarregados de educação. Acrescentou que, para além de as crianças nunca terem escolas, "também não existem unidades sanitárias e furos de água potável."

Perante tal situação, o governo distrital de Muembe indica "existir um plano de construção de salas de aula nos três povoados apontados, mas a falta de fundos, nos últimos dois anos, impediu a execução do plano."



Laurinda Saide, encarregada de educação

escola, nos povoados de Mussefa e Chiumbe, as crianças não vão às aulas, o que atingiu contornos preocupantes no segundo trimestre deste ano. Esta informação foi revelada por Fortunato Cesário, director substituto da escola de Mussefa.

De acordo com Cesário, o facto surge do desentendimento entre o líder comunitário, Ngala Jorna, e as comunidades, por causa de insensibilidade do líder para com os problemas locais, o que faz com que também, algumas famílias se transfiram para comunidades onde os líderes são mais proactivos.

cura o professor" desabafou com tristeza, Fátima Feliciano.

Amisse Caísse, pai e encarregado de educação, residentes em Mussefa, explica que, além do problema com o líder comunitário, outro facto que não agrada a população prende-se com a não fixação de residência dos professores nas comunidades onde leccionam.

Esta observação foi secundada por Marcelino Iassine, presidente do Conselho da Escola Chiumbe, tendo clarificado que os professores vivem na vila do distrito que dista a 11 quilómetros e frequentemente ausentam-se do distrito,



Professora Fátima Feliciano, de Chiumbe

Ritos de iniciação já não são constrangimento

Contrariamente ao que se verificava há anos, este ano lectivo o distrito de Muembe deixou de registar absentismo e abandono escolar devido à prática de ritos de iniciação, localmente designados por "Unhago".

Segundo Fulgêncio Francisco, técnico da repartição da Educação, Juventude e Tecnologia de Muembe, a situação está sendo ultrapassada através de campanhas de sensibilização dos líderes comunitários e outros influentes nos ritos de iniciação, para passarem a realizar estes rituais no fim do ano lectivo, quando as aulas tiverem, efectivamente, terminado.

Apesar disso, de acordo com o mesmo interlocutor, há que continuar a sensibilizar os líderes comunitários e os pais, no sentido de deixarem as crianças estudar, principalmente as raparigas, com vista a elevar o número de frequência destas no ensino escolar, cujas causas, para o baixo índice, variam entre as suspeitas de que estejam a casar-se prematuramente ou envolvidos na prática de ritos tradicionais.

Em relação aos casamentos prematuros, há a referir, por exemplo, que até Setembro passado dez alunas das escolas primárias do distrito de Muembe, abandonaram a escola por terem engravidado.

CASAMENTOS PREMATUROS POR DETRÁS DA GRAVIDEZ PRECOCE

As autoridades sanitárias do distrito de Muembe afirmam que os hábitos culturais estão a contribuir para a prevalência de gravidezes precoces, resultantes dos casamentos prematuros.

A tradição local considera uma menina adolescente de mulher e pode casar-se, desde que tenha pretendente. Como mulher tem o papel de cuidar do marido e filhos. A sua participação em outras actividades depende da vontade do marido.

O director clínico do Centro de Saúde de Muembe, Virgílio Machindano, revelou que, em média, o centro de saúde distrital atende cerca de 127 partos, a maioria de raparigas grávidas precocemente.

Devido à exiguidade de unidades sanitárias e de dificuldades para o acesso às unidades mais próximas, algumas mulheres dão parto nas suas residências ou a caminho da maternidade.

Os residentes das povoações de Massambala, Mbamba e de Lundala, há cerca de 30 quilómetros do centro de saúde da vila sede, não dispõem de unidades sanitárias. As enfermidades são tratadas recorrendo a métodos tradicionais.

A população lamentou o facto de mulheres, que dão parto fora das unidades sanitárias, não lhes serem atribuídas fichas pré-natal para o acompanhamento sanitário dos seus bebés.

Machindano explicou que, recentemente, algumas técnicas de Saúde Materno Infantil (SMI) entendiam mal alguns aspectos, mas depois da chamada de atenção, o assunto ficou ultrapassado. "Do princípio tínhamos problema de mente de algumas colegas que não atribuíam às mães os cartões, como castigo. Mas é uma questão já ultrapassada, porque nós sentamos com as enfermeiras do SMI, fizemos perceber que os partos feitos fora não são da culpa das mães e que atribuímos o cartão para as vacinas"



Festa que simboliza o fim dos ritos de iniciação na aldeia

clarificou.

REDES MOSQUITEIRAS USADAS PARA OUTROS FINS

As autoridades sanitárias referem que a malária, a diarreia e as infecções respiratórias são as doenças mais frequentes no distrito de Muembe. Entretanto, quando comparada com a frequência de casos, no ano passado, a saúde garante que estão a reduzir, mercê das múltiplas intervenções realizadas pelo governo e parceiros na distribuição de redes mosquiteiras impregnadas e abertura de furos de água potável.

Este ano, o distrito distribuiu, em campanha, redes mosquiteiras a todas as famílias e abriu 10 furos de água, em locais outrora considerados críticos, para o acesso à água potável.

Em Muembe, tal como em outros distritos da província do Niassa, verifica-se que a rede mosquiteira está sendo usada para fins fora dos propósitos de prevenção da malária. A rede, ainda nova, está ser desviada para a construção de casas, quintais; vedar hortícolas, celeiros; atar sacos de carvão, pesca e transportar produtos agrícolas da machamba para a residência.

Contactadas as autoridades de saúde daquele distrito, afirmaram não saber o porquê deste desvio de uso, porque, antes da distribuição das mesmas, o sector tem feito um trabalho de registo das famílias a beneficiar-se das redes. Também se dão as respectivas instruções e educação em matéria do seu uso correcto ou as pessoas são informadas que as redes mosquiteiras têm o único fim de combater a malária. Os beneficiários têm mostrado satisfação e vontade de

as usarem, correctamente.

Os beneficiários, por sua vez, afirmaram que sabem que a finalidade do uso das redes mosquiteiras, que o governo tem vindo a distribuir, é de combate à malária que mata as pessoas em vários cantos do nosso país.

PRODUTORES SEM MERCADO RETÊM PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Na campanha agrícola finda, o distrito de Muembe superou a meta de produção, ao colher 76 mil toneladas das cerca de 41 mil planificadas.

A expectativa das famílias camponesas era ver os excedentes agrícolas a transformarem-se em riqueza, por via da comercialização. Entretanto, os camponeses lamentam o facto de, até fins deste ano, estarem com os produtos agrícolas nos celeiros, sem esperanças de encontrarem compradores, por falta de mercado. Os poucos interessados na compra de milho e feijão ditam o preço dos produtos e, mesmo assim, adquirem poucas quantidades. Por causa de estas situações, a maioria dos camponeses prefere não vender os excedentes, conservando-os até melhores momentos.

Assim Mustafá, camponesa residente na localidade de Lutueze, cultivava uma área de sete hectares, e na safra finda colheu 310 sacos de milho. Esta produção está armazenada na sua residência, por falta de mercado, aliado ao baixo preço aplicado para o comprador.

A lata de 20 litros, unidade de medida usada na comercialização de cereais, custa 80 a 100 meticais, contra 300 a 350 meticais em igual período de 2016. "Não estou a vender o milho, porque o preço é baixo, dife-

rentemente dos anos passados. Então, prefiro guardar até um momento certo, daí poderei vender, mais agora não, porque não há lucro", disse Mustafa. Outro camponês entrevistado é Saïlesse Daúdo, residente em Bamba. Disse que na sua localidade existem muitos excedentes, "mas não conseguimos escoá-los para o mercado da sede do distrito ou da cidade de Lichinga, devido à degradação das vias de acesso", aclarou.

A degradação das vias faz com que os proprietários de camiões neguem operar em Bamba, temendo a destruição dos seus meios.

Quanto o problema de transitabilidade das vias, principalmente as que ligam as zonas de maior produção com a sede do distrito, o secretário permanente distrital, Alfredo Machiriga, explicou que o governo iniciou as obras de construção de aquedutos e posteriormente vai melhorar as plataformas.

No que tange ao mercado, a quem confrontamos sobre estes choros da população por falta de compradores dos produtos alimentares na província, respondeu o seguinte: "em Muembe não temos uma rede comercial bem clara", afirmou.

No entanto, Machiriga informou que esta preocupação, para além de constituir preocupação do governo do distrito, também é do governo do Niassa. Garantiu haver esforços para encontrar compradores de excedentes, que até agora estão nas mãos dos produtores. Disse ainda ser importante a disponibilidade de excesso de comida nas comunidades, para que não haja bolsas de fome, garantindo assim a

segurança alimentar.

Rajabo Mustafá, camponês também residente em Bamba, obteve 50 sacos de feijão-catarina e vendeu no mercado da vila-sede. Com o dinheiro da comercialização do feijão comprou uma moageira e instalou no seu povoado. Ano passado, este comercializou 20 sacos de feijão e comprou uma motorizada para lhe facilitar o escoamento dos produtos.



Troço que liga Bamba e a vila de Muembe - vias de acesso uma grande dor de cabeça

BI de Muembe

Localizado a oeste da província de Niassa, o distrito de Muembe, dista a 75 quilómetros da capital provincial, cidade de Lichinga, e faz limite, a norte e oeste com o distrito de Sanga, a sul com os distritos de Chimbunila e Majune e a este com o distrito de Mavago. Possui dois postos administrativos, nomeadamente, Chiconono e Muembe-sede.

Com uma população estimada em cerca de 39 mil e 797 habitantes, segundo dados do censo populacional e de habitação de 2007, o distrito de Muembe,

ocupa lugares cimeiros na produção agrícola, contudo, debate-se com exiguidade de infra-estruturas públicas e degradação de vias de acesso. Estes factos contribuem negativamente para o bom desempenho das instituições do Estado e na transitabilidade de pessoas e bens.

O distrito de Muembe é constituído por uma população eminentemente camponesa, praticando a agricultura de subsistência familiar, onde o milho e feijão constituem culturas de bandeira. Cultiva, também, a batata-reno, banana, hortícolas e tabaco.